

Quadro Regional de Monitorização de Estudantes em Movimento na América Latina e no Caribe

Com foco na utilização de dados, na partilha de dados e no ambiente favorável



PERFIL DA PRÁTICA

O [Quadro Regional de Monitorização das Pessoas em Movimento na América Latina e no Caribe](#) (RMF, na sigla em inglês) é uma iniciativa da UNESCO desenvolvida em colaboração com 18 ministérios da Educação da região. O quadro apoia a formulação, a implementação e a monitorização das políticas nacionais de educação para garantir o direito à educação das pessoas em movimento na região, em resposta aos desafios impostos pelo aumento significativo dos fluxos de deslocamento intrarregional. O quadro visa fortalecer os processos da política educacional de inclusão educacional total das/os estudantes em movimento.¹ Inclui elementos complementares quantitativos (indicadores comuns) e qualitativos (mapa normativo sobre políticas e boas práticas) para entender como o direito à educação é garantido. A plataforma [Educación y Movilidad em América Latina y el Caribe](#) o acesso a esses elementos e dados formulados e coletados neste quadro.

¹ O RMF adota a abordagem do direito à educação proposta por K. Tomasevski nos *Indicadores del derecho a la educación* e operacionalizada pelo [Comentário Geral nº 13: O direito à educação do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais](#) (*The right to education of the Committee on Economic, Social and Cultural*). Distingue quatro dimensões do direito à educação: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. A 5ª dimensão é a prestação de contas, que foi incluída com base no Relatório de Monitoramento Global da Educação (GEM Report 2017/2018 – [Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos](#)).

Necessidade de uma resposta regional coordenada para garantir o acesso à educação para as pessoas que se deslocam na América Latina e no Caribe

Nos últimos anos, a região da América Latina e Caribe (ALC) experimentou um aumento no movimento intrarregional e no deslocamento em larga escala, levantando um conjunto único de preocupações de proteção e enfatizando a necessidade de uma resposta regional coordenada para garantir os direitos das pessoas em deslocamento. Ao referir-se aos movimentos transfronteiriços na região da ALC, o termo “pessoas em deslocamento” reconhece a diversidade das experiências em termos de motivação, estatuto legal, magnitude e composição, e inclui pessoas migrantes, refugiadas, requerentes de asilo e as pessoas de regresso. Embora o deslocamento de venezuelanas/os seja uma das maiores crises humanitárias da história da região, com mais de 5,9 milhões de migrantes e refugiadas/os em toda a ALC, não representa toda a mobilidade regional.

Os países anfitriões da região enfrentaram o desafio de integrar as pessoas em deslocamento em seus sistemas nacionais de educação, garantindo o direito à educação para todos. Face à mobilidade humana regional em **larga escala** e à **falta de dados de qualidade comparáveis sobre a inclusão nos sistemas educativos nacionais**, foi **necessário mobilizar e criar uma resposta coordenada**. Isto incluiu o **fortalecimento das capacidades de planeamento e de monitorização dos sistemas nacionais de educação com base na geração de dados comparáveis e de qualidade**, além do **desenvolvimento de instrumentos regionais de monitorização** que considerassem os compromissos relacionados ao ODS 4 e a políticas nacionais relevantes, com uma abordagem inclusiva.

Em 2019, a UNESCO realizou uma [análise dos Sistemas de Informação de Gestão da Educação \(Education Management Information Systems, EMIS\) no Chile, na Colômbia, no Equador, no Guatemala e no Peru](#) e identificou os desafios existentes relacionados com a monitorização e a produção de dados fiáveis, precisos e relevantes. O diagnóstico destacou a **necessidade do desenvolvimento de diretrizes para harmonizar os processos estatísticos e a oferta de assistência técnica para a obtenção de indicadores que informem adequadamente a resposta educativa**, assim como de dados desagregados por sexo. Essa necessidade foi **reafirmada pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação da região no âmbito do Processo de Quito**, que afirma que o fortalecimento dos quadros de produção e de monitorização de dados a nível regional é uma prioridade que facilitará a coordenação intergovernamental.

A abordagem

Dadas as necessidades e os compromissos regionais dos ministérios das Relações Exteriores, e em linha com a sua estratégia regional de apoiar os países afetados a garantir o direito à educação das pessoas em situação de deslocamento, o OREALC UNESCO coordena, como parte do componente regional do Programa de Resiliência Plurianual (Multi-Year Resilience Program, MYRP) para a Crise de Refugiadas/os e Migrantes da Venezuela financiado pelo fundo A Educação Não Pode Esperar (Education Cannot Wait, ECW), o desenvolvimento do Quadro Regional de Monitorização de Estudantes em Deslocamento. Esta iniciativa com vários parceiros é fortemente impulsionada pelo envolvimento de 18 Estados-membros: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Curaçao, El Salvador, Equador, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Anguila, Bahamas e Ilhas Virgens

Britânicas.

O RMF tenta enfrentar os desafios causados pela falta de dados e transformar a forma como os dados relacionados à educação são coletados para apoiar a formulação e a implementação de políticas educacionais destinadas a garantir o direito à educação das pessoas em deslocamento. Esse recurso é desenvolvido por meio do diálogo político e do fortalecimento das capacidades de planejamento e de monitorização dos sistemas educacionais nacionais na região da ALC para permitir a geração de dados de qualidade e em tempo hábil, que sejam relevantes e comparáveis, em alinhamento com as políticas nacionais relevantes para proporcionar:

- [conhecimento e a monitorização da situação educacional das/os estudantes em deslocamento na região](#) em relação ao cumprimento do seu direito à educação;
- [consolidação de um espaço de conhecimento, diagnóstico e apoio à formulação e implementação de políticas educativas](#) que visem garantir o direito à educação das pessoas em mobilidade, baseado em evidências;
- [visibilizar boas práticas de inclusão educacional das pessoas em deslocamento](#) implementadas por governos e ONGs da região;
- [contribuições para a monitorização do ODS 4 na região](#) com informações sobre a situação educacional das/os estudantes em deslocamento; e
- [diálogo sobre os critérios de identificação e de comparabilidade dos indicadores](#) que permita disponibilizar indicadores regionais comparáveis.

O RMF é composto por dimensões quantitativas e qualitativas complementares. O **elemento quantitativo consiste em um conjunto de indicadores estatísticos comparáveis** e relevantes de monitorização das trajetórias educacionais das pessoas em deslocamento, de apoio ao fortalecimento do planejamento nacional das intervenções educacionais e de melhor compreensão do progresso em toda a região. A **dimensão qualitativa contém um mapa normativo das políticas nacionais** para a inclusão educativa de estudantes em deslocamento, um **inventário de experiências inovadoras** e práticas promissoras e uma seção de **análise da implementação das políticas**. A plataforma de dados abertos [Educación y Movilidad en América Latina y el Caribe - EMAC](#) divulga todos os resultados da iniciativa, o conhecimento gerado e as informações relevantes sobre a educação inclusiva a nível regional.

Implementação

O Quadro Regional de Monitorização **promove a coordenação das políticas, a harmonização e a inclusão** dos dados sobre o direito à educação das pessoas em deslocamento, por meio de **mecanismos para envolver sistematicamente parceiros regionais, especialmente os ministérios da Educação**. A implementação do RMF é baseada na criação de um ambiente de diálogo, na partilha de conhecimento e na defesa do direito à educação das pessoas em deslocamento. Em última instância, o objetivo é proporcionar a troca de informação e de boas práticas e promover o desenvolvimento de políticas e de práticas que assegurem o acesso à educação para todas/os as/os estudantes, independentemente de seu estatuto de mobilidade.

Os principais passos da implementação incluem:

- 1) **Melhor compreensão das ações implementadas em diferentes contextos nacionais** para garantir o direito à educação e à **identificação das necessidades para o aprimoramento dos processos de fortalecimento da produção e da capacidade dos dados**, em estreita colaboração com o Processo de Quito, o [Grupo Regional de Educación \(GRE\)](#) e o Education and Human Mobility Working Group, reunindo os ministérios da Educação da região e parceiros educacionais, por meio de:
 - um **diagnóstico rápido da disponibilidade das informações sobre estudantes em deslocamento nos sistemas institucionais de informação educacional** no Chile, na Colômbia, no Equador, no Peru e na Guatemala (2019);
 - um **estudo regional de análise e de fortalecimento das recomendações** para a modificação e o desenvolvimento das estruturas normativas e das políticas nacionais que garantam o acesso e a inclusão educacional das pessoas em deslocamento (2020);
 - **a criação de mesas redondas de trabalho técnico** que reúnam pontos centrais técnicos nacionais designados de 18 ministérios da Educação na região, especialistas em educação da UNESCO, parceiros do setor de educação do GRE que trabalham com pessoas em deslocamento e especialistas em estatísticas de educação e migrações. Os pontos focais técnicos são nomeados por cada Ministério da Educação envolvido. Esses (sub-)grupos de trabalho oferecem uma **plataforma para partilhar conhecimentos, informações e experiências entre diferentes países e parceiros, e funcionam como uma estrutura** de tomada de decisão coletiva, além de serem essenciais à coordenação da implementação do RMF em todo onexo humanitário de desenvolvimento com a liderança dos ministérios da Educação e sob a coordenação da UNESCO.
- 2) **Desenvolver uma plataforma on-line de dados abertos** concebida como uma ferramenta de análise, visualização e divulgação de dados, indicadores, conhecimentos e diagnósticos coletados no RMF, para permitir a implementação de lições e boas práticas nos diferentes países da região. Por fim, será possível visualizar e rastrear as trajetórias educacionais de estudantes em deslocamento na sua plataforma on-line, permitindo comparações de dados e de políticas em toda a região.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E RESULTADOS DA PRÁTICA

O RMF alcançou com sucesso suas metas e seus objetivos iniciais, ao transformar o suporte técnico oferecido aos governos e ao apoiar o desenvolvimento de capacidades para informar as políticas de educação inclusiva com base em dados de qualidade comparáveis regionalmente:

- A formação de mesas redondas de trabalho técnico, em que cada ministério é representado por um ponto focal técnico, **criou um espaço para a advocacy do direito à educação para pessoas em deslocamento, a tomada de decisões e a mobilização de vontade política**
- **Os Estados-membros reafirmaram os seus compromissos para com a educação**

inclusiva e a participação no RMF na [Declaração de Buenos Aires \(maio de 2022\)](#) e na [Declaração Conjunta VIII do Processo de Quito \(julho de 2022\)](#)

- Fevereiro de 2022: o grupo de trabalho sub-regional desenvolveu a nota conceitual “**Para uma definição de pessoas em movimento**”, que apresentou uma **compreensão harmonizada das tendências de mobilidade humana** na região e permitiu uma interpretação mais clara do Quadro
- Novembro de 2022: a componente quantitativa do Quadro, que consiste **em uma matriz de indicadores educativos comparáveis a nível regional, foi validada e adotada pelos ministérios da Educação através de um processo que envolveu várias partes interessadas**. Esses indicadores têm como objetivo fornecer uma visão organizada e sistemática dos progressos regionais no sentido de garantir o direito à educação para pessoas em deslocamento, abrangendo as cinco dimensões do direito à educação. Com base na proposta da UNESCO, um pequeno comitê de oito ministérios da Educação da região desenvolveu e pormenorizou 14 indicadores. Durante a mesa redonda técnica, 12 indicadores propostos foram validados e adotados.
- A partir de abril de 2023: os **18 ministérios da Educação envolvidos começaram a testar os indicadores a nível nacional**. Os dados recolhidos e as informações sobre o processo (incluindo os desafios enfrentados) serão partilhados com a UNESCO utilizando modelos on-line específicos disponibilizados na plataforma EMAC. Uma vez que esta será a experiência-piloto da matriz de indicadores, não se espera que todos os ministérios testem todos os indicadores ou recolham o mesmo nível de dados pormenorizados, em função de suas capacidades e recursos específicos.

PRINCIPAIS APRENDIZAGENS E EVIDÊNCIAS

□ Três aprendizagens para reforçar os dados sobre educação relacionados com crises e riscos nos sistemas educativos nacionais:

- **Uma abordagem ascendente da gestão de dados educativos para as pessoas em deslocamento** permite uma apropriação nacional e uma maior disposição por parte dos ministérios da Educação de orientar a seleção de informação que seria útil recolher de forma coordenada e harmonizada em toda a região.
- **A forte relação da UNESCO com os ministérios da Educação é fundamental** para a criação de um espaço de colaboração para a conceção conjunta do quadro conceitual do RMF com os respetivos ministérios e demais parceiros.
- O reconhecimento pelos Estados-membros acerca da necessidade de melhorar os processos de produção de dados, as capacidades e a construção de um quadro conceitual comum para implementar as diferentes componentes do RMF foi facilitado pelo **diagnóstico preliminar da UNESCO sobre a situação dos dados relativos a estudantes que se deslocam nos sistemas institucionais de informação sobre educação** e por seu apoio à **participação em vários fóruns políticos específicos**, como o Processo de Quito. Este reconhecimento levou a um maior empenho em liderar

e contribuir ativamente para o desenvolvimento e a implementação da iniciativa.

- Ao chamar a atenção para a questão do acesso à educação de estudantes em deslocamento, por meio de maior sensibilização, do reforço do compromisso e da promoção de um ambiente favorável, a prática ajuda os ministérios da Educação a recolher os dados mais essenciais sobre estudantes em deslocamento.
- Os progressos alcançados na melhoria da recolha de dados e na tomada de decisões sobre a educação de pessoas em deslocamento a nível nacional contribuem para aumentar o empenho e o compromisso dos Estados-membros na implementação do Quadro Regional de Monitorização.

□ Uma aprendizagem para os agentes educativos para reforçar a utilização e a partilha de dados relevantes relacionados com crises e situações de risco:

- As mesas redondas de trabalho técnico oferecem aos ministérios da Educação a oportunidade e o espaço para se envolverem em debates críticos, partilharem conhecimentos, criarem consensos e tomarem decisões conjuntas para reforçar a recolha de dados e informações sobre a mobilidade nos sistemas de informação dos ministérios dos países participantes. Este fórum de colaboração facilita igualmente a coordenação.

□ Duas principais aprendizagens para melhorar a coordenação e a harmonização de dados relacionados com crises e riscos para apoiar os objetivos de reforço do sistema nos sistemas educativos nacionais e em todo o nexo entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento:

- As mesas redondas de trabalho técnico são um elemento fundamental para criar um ambiente propício a uma melhor coordenação e harmonização entre todos os atores envolvidos:
 - › **reunir atores que geralmente permanecem isolados** para abordar a inclusão das pessoas que estão em deslocamento nos sistemas educativos nacionais, como os parceiros do Grupo Regional de Educação (GRE), composto principalmente por agentes humanitários, especialistas em educação da UNESCO, peritos em estatísticas de migração e educação e uma equipa técnica e profissional dos ministérios da Educação da região, mas também de diferentes departamentos do mesmo ministério, que normalmente não colaboram (ou seja, os departamentos de sistema de informação de gestão educacional e de mobilidade humana)
 - › **produzir indicadores e dados harmonizados, estabelecendo critérios mínimos de harmonização** para a recolha de dados (Matriz de Indicadores do Quadro Regional de Monitorização de Estudantes em Movimento)
 - › **garantir a participação regular e ativa dos ministérios da Educação**, que é fundamental para a prática, uma vez que assegura a funcionalidade operacional do Quadro Regional de Monitorização de forma horizontal, em vez de uma imposição do topo para a base de quadros de dados globais

- **Maior envolvimento dos parceiros humanitários** desde o início seria muito benéfico para o processo, uma vez que são eles que estão no terreno com muitas comunidades em movimento e deslocamento. No entanto, a inclusão de dados humanitários nas fases iniciais de implementação foi considerada demasiado complicada, especialmente devido à natureza localizada da sua resposta, que muitas vezes não tem uma presença regional que lhes permita participar em discussões com os ministérios da Educação a nível regional. Estão a ser envidados esforços para que estes parceiros participem mais de forma sustentável.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS

Porque o Quadro Regional de Monitorização exige uma ação coordenada de especialistas em educação do setor humanitário e do desenvolvimento, bem como dos ministérios da Educação para colmatar as lacunas nos dados da EeE de uma forma harmonizada:

- **Garantir um envolvimento consistente, equitativo e rápido por parte dos parceiros** é um desafio significativo, uma vez que requer a criação contínua de confiança através das vias de comunicação existentes
- O Quadro foi concebido de forma a tentar mostrar aos parceiros o que lhes pode ser fornecido, em vez de pedir exclusivamente aos parceiros que forneçam algo ao Quadro, o que resulta em um **processo de envolvimento intensivo em termos de mão de obra que exige um envolvimento de alto nível de todos os parceiros, em especial dos ministérios da Educação.**
- **Alguns Estados-membros estão mais envolvidos do que outros**, e é continuamente solicitado mais apoio aos países. Consultas populares e intercâmbios regulares visam abordar este desafio, com a OREALC/UNESCO Santiago a enviar aos representantes dos ministérios da Educação documentos preparados para consulta com antecedência e a incorporar as sugestões recebidas em um documento revisto
- **A relação horizontal estabelecida com os ministérios é o principal fator da sua participação**, uma vez que sentem que o trabalho é seu e não uma proposta da UNESCO. Este aspeto é fundamental para o funcionamento do Quadro. Espera-se que o envolvimento seja distribuído de forma mais equitativa no futuro.

A **UNESCO**, enquanto principal agência das Nações Unidas responsável pela coordenação dos esforços da comunidade educativa internacional em prol do ODS 4, acompanhando e monitorizando os progressos, em especial em contextos de crise em todo o mundo, está empenhada em combater as desigualdades e as exclusões que afetam as populações mais vulneráveis, entre as pessoas em movimento e deslocamento. Nesse contexto, o Escritório Regional da UNESCO para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC/UNESCO Santiago), em coordenação com os escritórios da UNESCO na região, desenvolveu a Estratégia Regional da UNESCO 2019-2021 para a América Latina e o Caribe em resposta à situação das pessoas em um contexto de mobilidade, com o objetivo de apoiar os países em seus esforços para garantir o direito à educação de migrantes, requerentes de asilo, pessoas refugiadas,

deslocadas e repatriadas. A Estratégia Regional atualizada (2022-2025) centra-se em quatro pilares:

- Reforçar a resposta educativa multilateral e regional à mobilidade humana
- Planear para o acesso inclusivo e equitativo aos sistemas educativos
- Assegurar a criação de ambientes educativos e sociais inclusivos e favoráveis
- Garantir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e reconhecimento da formação anterior

Os ministérios da Educação da América Latina e do Caribe adotaram a Declaração de Buenos Aires em 2022, reafirmando, em continuidade com a Declaração de 2017 e os acordos de Cochabamba de 2018, seu compromisso institucional e regional de garantir o direito das populações em movimento a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Como parte desse compromisso de solidariedade regional para alcançar o ODS 4 e responder à agenda da Educação 2030 na América Latina e no Caribe, os ministérios se comprometeram a avançar em ações coletivas e intergovernamentais. Mais recentemente, e tal como acordado pelos Estados-membros que participam no Processo de Quito e pelos ministros da Educação durante a última Reunião Ministerial Regional (2022), a UNESCO/Santiago está a apoiar os países na implementação do Quadro Regional de Monitorização de Estudantes em Movimento, uma iniciativa regional emblemática que visa promover a coordenação coletiva e intergovernamental por meio do reforço das capacidades de planeamento e monitorização nos sistemas educativos nacionais. Estas capacidades são cruciais para reduzir o risco de crises e reforçar as intervenções educativas destinadas às populações deslocadas, gerando simultaneamente dados comparáveis e de qualidade em toda a região. A iniciativa, que contou com a participação de 18 países da América Latina e do Caribe,¹ foi destacada como uma [boa prática pelo Grupo de Ação Temática 1](#) sobre Escolas Inclusivas, Equitativas, Seguras e Saudáveis do encontro Transformar a Educação e pela [Rede das Nações Unidas para as Migrações](#) (Pacto Global para as Migrações).